

volume

28/2

julho/2023

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Educação e História:

Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica



Hist. Rev. Pelotas Número 28/2 p.1-261 jul. 2023

ISSN 2596-2876



APRESENTAÇÃO

O convite da professora Lorena Almeida Gill para organizarmos um dossiê que envolvesse as temáticas da História e da Educação foi por nós recebido com um sentimento de lisonja e agradecimento, principalmente pelo caráter de reconhecimento que a *História em Revista* assume ao propor essa abordagem investigativa. Ao longo dos séculos houve uma evidente transformação nas investigações que tratam sobre a educação e suas relações históricas levando a que mais revistas, vinculadas a programas de pós-graduação em história, ou em educação, priorizassem esse campo investigativo. Fato é, que a história da educação adquiriu legitimidade científica e diversidade metodológica em virtude da persistência de pesquisadores/as nacionais e internacionais que vêm, há décadas, questionando uma história única, oficial e elitista. Olhar para a escola, a partir de uma perspectiva histórica, requer ampliar a análise sobre os processos de democratização da educação tratando de abordagens que auxiliem transformações nas políticas públicas da educação, uma vez que engloba investigar processos didáticos, pedagógicos, culturais e sociais. Assim, olhamos para a escola, a cultura escolar, a arquitetura escolar, a escrita, a leitura, os artefatos escolares e para os acervos escolares em diferentes tempos, espaços, modalidades e perspectivas teórico metodológicas.

Pensar a escola a partir da perspectiva histórica têm possibilitado salvaguardar fontes e preservar a memória do patrimônio educativo material e imaterial em sua amplitude e, em suas particularidades. Assim, o dossiê “*Educação e História: pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica*” reúne treze textos que discutem a educação a partir das diversas dimensões e sujeitos que a constituíram ao longo dos tempos.

O dossiê apresenta propostas oriundas de autores de diferentes regiões, contando com investigações realizadas no Uruguai e no Brasil. No Brasil, englobou textos que discutem a história da educação no Maranhão, no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, no Espírito Santo, no Rio Grande do Norte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Assim, optamos por organizar os textos em 4 grandes temas da história da educação, a saber: a história da educação profissional e da formação docente, a história da educação para a infância, a cultura escolar e a arquitetura escolar.

No que se refere à história da educação profissional e da formação docente, o dossiê reúne cinco textos. O primeiro texto é intitulado “Docência feminina no século XIX: entre críticas, denúncias, polêmicas e represálias” de autoria de Eliane Peres. Para tratar da temática sobre a história do cotidiano da docência feminina no Brasil do século XIX, a autora

realiza uma investigação baseada nos anúncios jornalísticos presentes no acervo da Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional. Como resultado dessa investigação, constata a forte presença do moralismo relativo à exposição e julgamento das docentes, não pelas suas práticas pedagógicas, mas pela forma como viviam em suas vidas privadas. Outrossim, à semelhança do que ainda ocorre atualmente, a autora identificou que havia interferência política nas carreiras das docentes, pois, “o acirramento das disputas entre liberais e conservadores se expressava na vida e na carreira das mulheres-professoras”. Por fim, a autora também percebe aspectos do cotidiano escolar e, de certo modo, da precarização escolar no período, quando ocorriam diversas situações, no mínimo inusitadas, haja vista que as escolas funcionavam geralmente na residência das professoras que, sozinhas, regiam todos os adiantamentos escolares.

O segundo texto tem como título “A presença das mulheres na educação profissional agrícola na cidade de Pelotas: Um relato de pesquisa” de autoria da professora Fabíola Mattos Pereira. No texto, a autora discute, por meio do acervo do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura, localizado no Campus Pelotas – Visconde da Graça, do Instituto Federal Sul-rio-grandense, a presença ou ausência das mulheres ao longo da história da educação profissional agrícola na cidade de Pelotas. Aqui, o dossiê apresenta mais uma temática que busca evidenciar discussões referentes às populações silenciadas ao longo da história da sociedade. Assim, o texto afirma que mesmo antes do ingresso de estudantes femininas na instituição, ocorrido na década de 1950, a escola já contava com a presença de mulheres, porém, a essas eram dispensados “trabalhos considerados de menor importância como lavadeiras, cozinheiras, costureiras e serviçais” muito embora, até então, fosse praticamente inexistente suas representações na história oficial da instituição.

O terceiro texto, “O ir e vir da legislação educacional brasileira no curso da história da formação de professores da educação profissional e tecnológica”, tem autoria de Elisane Ortiz de Tunes e Cristhianny Bento Barreiro. As autoras discutem os avanços e os retrocessos ocorridos ao longo das décadas na formação docente para/na Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM) no Brasil, a partir da análise dos documentos e legislações referentes ao período do Brasil republicano, estendendo-se até a atualidade. Tal processo analítico se faz relevante, uma vez que há estudos dispersos sobre a temática e aqui, Elisane e Cristhianny, reúnem informações, sobretudo legislativas, acerca do tema. Desse modo, é interessante observar os diversos quadros, gráficos e análises realizadas num movimento não só dissertativo, o que já seria relevante, mas sobretudo analítico do

processo histórico em tela. Nesse sentido, conclui-se “que as idas e vindas nas normas, geram desconfiança e ausência de políticas permanentes de Estado, prevalecendo as políticas de governos, com avanços e retrocessos nos dispositivos legais”.

O quarto texto, intitulado “Baú de guardados: o acervo documental da professora de arte Maria Francisca Moreira”, foi redigido por Jailson Valentim dos Santos e investiga a História do Ensino de Arte no Rio Grande do Norte a partir do acervo pessoal da professora Maria Francisca Moreira de Angicos-RN, datado de 1939, composto por certidões, livros, jornais e material iconográfico. A partir do acervo, o texto analisa a formação acadêmica e a atuação profissional da professora durante os primeiros anos da década de 1960 na região. O autor conclui que houve avanços, mas também a permanência de retrocessos no campo educacional no Estado, especialmente no processo de continuidade das classes populares na escola. No que se refere ao ensino de Arte, o autor constata uma precarização na oferta de cursos de formação de professores nessa área no interior do Rio Grande do Norte no período em questão.

O quinto texto apresentado neste dossiê foi escrito por Valdeniza Maria Lopes da Barra e se intitula “Implementação do estágio nas escolas reais: contribuição para a história de um desafio estrutural das políticas de formação de professores”. Nesse texto é analisada a história da formação docente vinculada à disciplina de prática de ensino, ou seja, os estágios, a partir de duas portarias emitidas pelo estado de São Paulo, datadas de 1972 e 1974. Tais portarias objetivavam “disciplinar a realização de estágios de formação de professores nas escolas da rede paulista de educação”. Dos resultados apresentados pela investigação, é interessante notar que as e os discentes realizavam as práticas “desacompanhados dos professores do curso de formação, cabendo ao próprio estudante, desde o contato com a escola e o respectivo professor, até a obtenção da assinatura de relatórios”. Outro problema decorrente da “falta de âncora institucional da implementação do estágio nas escolas é a invisibilidade e naturalização do trabalho do professor da escola que recebe o estagiário”, levando a autora a finalizar sua investigação lançando luz sobre uma reivindicação que se realiza calcada em um aspecto histórico: “o estatuto de trabalho ao trabalho da escola e respectivo professor no estágio de formação de professores nas políticas educacionais”.

No bloco relativo à História da educação para a Infância, o dossiê apresenta dois artigos. Logo, o sexto texto é intitulado “Assistência à infância na província do Maranhão: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1850-1880)” de autoria de Rosyane de Moraes Martins Dutra. Aqui, Rosyane realiza uma investigação acerca da educação relativa à infância em fins do século XIX buscando entender as “práticas institucionais da Irmandade da Santa

Casa de Misericórdia no Maranhão com relação às crianças abandonadas, no período de 1850-1880”. Para tanto, a autora vasculhou o acervo documental do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). É interessante notar os resultados obtidos na sua investigação, uma vez que o estudo retrata, de forma marcante, como a infância desvalida era entregue na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia e, a partir dali o destino das crianças era a catequização, a adoção, a preparação para o trabalho, a regeneração e o assistencialismo que onerava a elite em sua “inconsciência” de classe.

O texto intitulado “Las construcciones de género y emocionalidad en las infancias a través de los textos de lectura escolar. Uruguay 1900-1930”, é de autoria de Silvana Espiga e Paola Dogliotti. As autoras abordam sobre as representações sociais da infância, especialmente no que se refere às questões de gênero e emocionais, a partir da investigação dos manuais sobre leituras escolares de Figueira y Abadie y Zarrilli, que foram usados como recursos didáticos oficiais na história da educação uruguaia por mais de quatro décadas. Para o início do século XX, as autoras apresentam resultados muito semelhantes ao que se conformava como educação no Brasil desse mesmo período, ou seja, um ensino diferenciado em relação aos “papéis de classe e de gênero, ao mesmo tempo em que se estabelecia uma certa noção de cidadão, família, lar e educação moderna, que asseguravam ficcionalmente a ordem social. Os corpos eram também educados através da generificação das emoções, apelando ao seu controle (ou autocontrole) a partir de discursos higiênicos e moralizantes da época em questão.

Diferentes aspectos da cultura escolar são abordados nos quatro artigos que são apresentados sobre essa temática no terceiro bloco do dossiê. Trata-se de índices de reprovação escolar no ensino primário, da perspectiva racial presente nos livros didáticos, das narrativas autobiográficas que contam sobre a profissão docente e dos artefatos escolares.

Assim, o oitavo texto tem autoria de Hellen Caroline Monteiro intitulado “A dimensão classificatória em grupos escolares campo-grandenses (1958-1969)” e analisa dados sobre os Grupos Escolares Vespasiano Martins, criado em 1954; o Grupo Escolar Guia Lopes, em 1950; e o Grupo Escolar General Malan, inaugurado em 1949, em Mato Grosso do Sul, a partir da análise documental das Atas de Resultados de exames finais realizados em tais instituições escolares. É interessante notar as relações sociais, históricas e políticas que a autora realiza para entender o contexto da política de avaliação escolar presente à época, principalmente por apontar mudanças no que se refere ao acompanhamento da permanência das crianças na escola.

O nono texto, “Cada agora contém muitos antes e depois, cada aqui contém

muitos alis: narrativas autobiográficas de professoras em perspectiva histórica”, foi escrito por Miriã Lúcia Luiz, Bruna Mozini Subtil, Brunna Terra Marcelino e Mariana Dall Orto dos Santos. As autoras analisam as narrativas autobiográficas de quatro professoras capixabas e pedagogas, que exercem suas funções na rede municipal de Mantenópolis (ES). Para tanto, foi utilizado o recurso metodológico da História Oral com o objetivo de “dialogar com aspectos da cultura escolar inscritos nos processos históricos da educação brasileira”. As narrativas autobiográficas das professoras envolveram as décadas de 1970 até 2023, portanto, abarcam informações das próprias trajetórias escolares, da formação pedagógica e de suas trajetórias enquanto docentes. Os resultados das análises mostram a potência da etnobiografia para elucidar aspectos da cultura escolar. Assim, pelas características regionais, sobressaíram-se questões acerca da cultura escolar em classes multisseriadas rurais, bem como as experiências das docentes nas séries iniciais enquanto estudantes no período da Ditadura Civil-Militar, “marcadas por um caráter tradicional, sentimento de medo e rigidez em seus processos de aprendizagem”; suas formações no “magistério e o contexto de dificuldades que influenciaram suas escolhas profissionais”.

O décimo texto, “O silêncio dos manuais didáticos de história da educação sobre a questão racial”, foi escrito por Juliana Cesário Hamdan e Joatan Nunes Machado Junior. Tratando do tema em perspectiva histórica, os autores trazem à tona uma discussão extremamente atual e relevante para o contexto dos resultados e efeitos de determinadas políticas educacionais. No caso em tela, analisam manuais didáticos utilizados na disciplina de História da Educação em cursos de formação de professores com o objetivo de elucidar se tais recursos pedagógicos discutem a história da Cultura da África e dos Afro-brasileiros, obrigatória desde a Lei 10.639/2003. A discussão realizada demonstra a ausência ou limitada discussão em tais manuais e aponta para um necessário avanço dessas discussões no campo da história da educação. O texto nos mostra que há um longo caminho a ser percorrido para que, de fato, a formação docente atenda a legislação, mas não só, avance nos estudos referentes à temática, pois se as Instituições de Ensino Superior se propõem a serem socialmente referenciadas abarcando o debate sobre o racismo estrutural, não há mais lugar para tais ausências nesses espaços.

O décimo primeiro texto se intitula “Memórias discentes sobre a cultura material escolar e a formação de professores: elos de um percurso formativo” e foi escrito pelas organizadoras desse dossiê em conjunto com Alessandra Amaral. O texto buscou inventariar artefatos culturais presentes nas memórias escolares de estudantes de cursos de licenciaturas utilizando dados produzidos no período de 2019 a 2020 em duas instituições públicas de

Ensino Superior do Rio Grande do Sul, sendo uma localizada na região sul e outra na região do Alto do Uruguai, e que correspondem à participação de 86 estudantes oriundos de três cursos distintos: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Exatas e Licenciatura em Educação Física. A estratégia metodológica utilizada foi a roda de conversa, buscando, por meio das narrativas autobiográficas, entender a cultura material escolar e seus processos sociais, políticos e histórico-culturais. A partir das memórias elencadas foi possível organizar os objetos em 4 grupos, sendo eles os objetos com sentido afetivo, os objetos relativos às predileções profissionais, os objetos relacionados a rituais escolares e os objetos utilizados em práticas do cotidiano escolar. Assim, os sentidos atribuídos aos objetos suscitaram pensar não só a cultura escolar, mas os processos históricos que compuseram práticas pedagógicas ao longo do tempo analisado.

Por fim, os dois últimos textos apresentados tratam da arquitetura escolar. São eles os artigos “Arquitetura escolar: o projeto padrão de arquitetura eclética para 500 alunos no Rio Grande do Sul” escrito por Lisiê Kremer Cabral e José Henrique Carlucio Cordeiro e “A problematização do uso de comentários e descrições em posts da internet na pesquisa em história da educação” escrito por Maria Augusta Martiarena e Bruna Luiz dos Santos.

O décimo segundo texto, de Maria Augusta Martiarena e Bruna Luiz dos Santos traz uma inovação no que tange ao aspecto metodológico de sua investigação, pois utiliza posts de internet como fontes para investigar a história da educação do município de Capão da Canoa-RS. Assim, os resultados trazidos ajudam a elucidar aspectos educativos a partir da análise da arquitetura de prédios escolares da educação básica da referida cidade, localizando assim, suas transformações urbanas e sociais. Já o décimo terceiro e último texto, escrito por Lisiê Kremer Cabral e José Henrique Carlucio Cordeiro, analisa em outra temporalidade aspectos da arquitetura escolar do RS nos anos de 1930. Nesse texto, os autores analisam os projetos do engenheiro João Baptista Pianca, que foi funcionário da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul e realizou projetos de arquitetura padrão para 15 instituições de ensino localizadas em diferentes cidades gaúchas. O subsídio metodológico está em fontes da pesquisa bibliográfica, documental e visitas exploratórias nos prédios identificados. Como resultado da investigação foi possível identificar a inclusão da preocupação sanitária, tanto no que se refere a locais propícios para o atendimento dessas demandas dentro das instituições quanto pedagógico, ou seja, para o “entendimento da escola como ferramenta de progresso, originado no início da Primeira República, passando a ser entendida como ferramenta de modernização, nacionalização e padronização da nação brasileira”.

Assim, convidamos vocês, leitores, a *navegarem* nas histórias aqui tratadas, todas

elas trazidas por cientistas comprometidos com a história, com a educação e com a oportunidade que o passado, e porque não o presente, nos concede para pensar a educação a partir da perspectiva de nossos antepassados.

Inverno de 2023

Prof^ª. Dr^ª. Magda de Abreu Vicente
Universidade Federal do Rio Grande-FURG

Prof^ª. Dr^ª. Caroline Braga Michel
Universidade Federal do Rio Grande-FURG

Organizadoras